



**MINISTÉRIO DA CIDADANIA
GABINETE DO MINISTRO**

OFÍCIO Nº 8739/2019/GM/MC

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Federal SORAYA ALENCAR DOS SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados
Brasília, Distrito Federal
E-mail: dep.sorayasantos@camara.leg.br

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.945, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em <u>07/11/2019</u> às <u>15 h 40</u>	
<u>DAVID</u> Servidor	<u>880650</u> Ponto
<u>Jose Carlos</u> Portador	

Assunto: **Requerimento de Informação nº 1131, de 2019.**
Referência: Ofício 1ªSec/RI/E/nº 730/19, de 11 de setembro de 2019.

Senhora Primeira-Secretária,

1. Com meus cordiais cumprimentos, faço referência ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 730/19, de 11 de setembro de 2019, que encaminha o Requerimento de Informação nº 1131, de 2019, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira (DEM/RJ), em que solicita informações ao Ministro de Estado da Cidadania "*sobre o PROFUT (Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro)*".
2. A esse respeito, apresento a manifestação da Autoridade Pública de Governança do Futebol, conforme o OFÍCIO Nº 133/2019/SEESP/APFUT/MC de 19 de setembro de 2019, ratificada pelo Secretária Especial do Esporte, desta Pasta, por meio do OFÍCIO Nº 958/2019/SEESP/GAB/MC de 24 de outubro de 2019.
3. Na expectativa de haver atendido à solicitação de Vossa Excelência, bem como ao autor do Requerimento, permaneço à disposição para prestar eventuais informações complementares sobre o assunto e demais ações implementadas por este Ministério.

Atenciosamente,

OSMAR GASPARINI TERRA
Ministro de Estado da Cidadania

Anexos:

- I - OFÍCIO Nº 133/2019/SEESP/APFUT/MC (5296723); e
II - OFÍCIO Nº 958/2019/SEESP/GAB/MC (5634762).

Documento assinado eletronicamente por **Osmar Gasparini Terra, Ministro de Estado da Cidadania**, em 07/11/2019, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **5756031** e o código CRC **95C2D4C4**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar - CEP: 70054-906 - Brasília, Distrito Federal Gabinete: Telefone: (0**61) 2030-1574

71000.049106/2019-78 -
SEI nº 5756031



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE
Autoridade Pública de Governança do Futebol

OFÍCIO Nº 133/2019/SEESP/APFUT/MC

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor

RONALDO LIMA DOS SANTOS

Secretário Nacional do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor

Assunto: **Requerimento de Informação nº 1131/2019 – PROFUT**

Em atenção ao Despacho nº 479 /2019/SEESP/SNFD (5252839), de 16 de setembro de 2019, a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT, vem, por meio deste, prestar as devidas informações sobre o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT, solicitadas por meio do Requerimento de Informação nº 1131, de 2019 ([5206609](#)), de autoria do Exmo. Sr. Deputado Federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira (DEM/RJ).

O referido pedido de informação lista cinco solicitações respondidas abaixo:

1. Lista das entidades desportivas profissionais de futebol (separadas por entidades de prática desportiva e entidades de administração do esporte) que aderiram ao PROFUT (Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro) e permanecem no programa.

ENTIDADES QUE PERMANECEM NO PROFUT
PRATICAS ESPORTIVAS
AVAI FUTEBOL CLUBE
BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS
CEARÁ SPORTING CLUBE
CENTRO SPORTIVO ALAGOANO
CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA
CLUBE ATLÉTICO MINEIRO
CLUBE ATHLETICO PARANAENSE
CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO
CRUZEIRO ESPORTE CLUBE
ESPORTE CLUBE BAHIA
FLUMINENSE FOOTBALL CLUB
FORTALEZA ESPORTE CLUBE
GOIÁS ESPORTE CLUBE
GRÊMIO FOOT BALL PORTOALEGRENSE

SANTOS FUTEBOL CLUBE
SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE
SPORT CLUB CORINTHIANS PAULISTA
SPORT CLUB INTERNACIONAL
AMÉRICA FUTEBOL CLUBE - MG
ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PONTE PRETA
ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE
BOTAFOGO FUTEBOL CLUBE
CORITIBA FOOT BALL CLUB
ESPORTE CLUBE SÃO BENTO
ESPORTE CLUBE VITÓRIA
FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE
GRÊMIO ESPORTIVO BRASIL
LONDRINA ESPORTE CLUBE
PARANÁ CLUBE
VILA NOVA FUTEBOL CLUBE
ABC FUTEBOL CLUBE
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CONFIANÇA
CLUBE DO REMO
CLUBE NÁUTICO CAPIBERIBE
ESPORTE CLUBE JUVENTUDE
FERROVIARIO ATLETICO CLUBE
LUVERDENSE ESPORTE CLUBE
PAYSANDU SPORT CLUB
TREZE FUTEBOL CLUBE
VOLTA REDONDA FUTEBOL CLUBE
AGREMIAÇÃO SPORTIVA ARAPIRAQUENSE
BRASILIENSE FUTEBOL CLUBE
FLUMINENSE DE FEIRA FUTEBOL CLUBE
JOINVILLE ESPORTE CLUBE
MOTO CLUBE DE SÃO LUIS
SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA CAXIAS DO SUL
TUPI FOOT BALL CLUB
AMÉRICA FOOTBALL CLUB
ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL - MS
ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL - PR
ASSOCIACAO ATLETICA DOS PORTUARIOS DE SANTOS
ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PORTUGUESA
ASSOCIACAO DESPORTIVA E CULTURAL COELBA ADELBA
ASSOCIAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DOS VIAJANTES COMERCIAIS
BANGU ATLÉTICO CLUBE
CAV - CLUBE ATLÉTICO VOTUPORANGUENSE LTDA EPP
CLUBE ATLETICO JUVENTUS
CLUBE ESPORTIVO BENTO GONÇALVES
CLUBE JAÓ
COSTA VERDE TENNIS CLUBE
ESPORTE CLUBE BANESPA
ESPORTE CLUBE SANTO ANDRE
ESPORTE CLUBE TAUBATE

ESPORTE CLUBE XV DE NOVEMBRO
GOIANIA ESPORTE CLUBE
IATE CLUBE JARDIM GUANABARA
JIQUI COUNTRY CLUB
PETROPOLITANO FOOT-BALL CLUB
TENIS CLUBE PAULISTA
UNIÃO SÃO JOÃO ESPORTE CLUBE
URCA ESPORTE CLUBE AHÚ
ADMINISTRAÇÃO DO ESPORTE
ESPORTE CLUBE BAHIA S/A
VITÓRIA S/A
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL DE SALÃO
FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RJ
FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL
FEDERAÇÃO GAÚCHA DE JUDO
FEDERAÇÃO GOIANA DE FUTEBOL
FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL

2. Lista das entidades desportivas profissionais de futebol (separadas por entidades de prática desportiva e entidades de administração do esporte) que foram excluídas do PROFUT após a adesão inicial. Quais os principais motivos dessa exclusão? Inadimplência dos pagamentos ou descumprimento das contrapartidas do refinanciamento.

Até o presente momento 58 entidades foram excluídas do PROFUT, pelos motivos abaixo especificados:

Entidades Esportivas	
Motivo	Quantidade
Adesão indevida. Sem relação com esporte	2
Descumprimento das contrapartidas	28
Ausência de débito	1
Inadimplência	8
Indeferimento do pedido de parcelamento	5
Liquidação do parcelamento	1
Perda do prazo para pagamento	1
Desistência	4

Administração do Esporte	
Motivo	Quantidade
Adesão indevida. Sem relação com esporte	3
Descumprimento das contrapartidas	2
Indeferimento do pedido de parcelamento	2
Desistência	1

3. Valores totais pagos à União, até o momento, pelas entidades desportivas beneficiadas pelo PROFUT. Qual o valor da dívida total ainda a ser paga por essas entidades (parcelas futuras)?

Primeiramente é necessário esclarecer que o PROFUT é um programa de parcelamento que engloba as dívidas de entidades esportivas com quatro órgãos, a saber: Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda - SRF, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, Banco Central do Brasil - BCB e Ministério do Trabalho e Emprego (geridos pela Caixa Econômica Federal – CEF). Conforme o previsto no artigo 7º da Lei nº 13.155/2015, os termos do parcelamento são os definidos para o PROFUT, mas a dívida é parcelada e gerida de forma autônoma por cada um desses credores.

À APFUT, entidade criada pelo artigo 19 desta mesma Lei, cabe fiscalizar o cumprimento das contrapartidas previstas no artigo 4º como condições para a permanência das entidades esportivas no PROFUT e apurar eventuais descumprimentos que possam resultar em exclusão do programa.

As entidades esportivas que aderiram ao Programa efetuam pagamentos das suas obrigações de maneira mensal diretamente aos credores. Até o momento, aproximadamente R\$480 milhões já foram pagos pelas entidades esportivas que aderiram ao PROFUT.

Para obter dados oficiais e precisos sobre o valor das dívidas e o montante já arrecadado, a solicitação deve ser direcionada aos órgãos credores, por força do previsto no parágrafo único do artigo 47 da Lei nº 13.155/2015 abaixo transcrito:

“Art. 47. A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, no âmbito de suas atribuições, editarão as normas necessárias à execução dos parcelamentos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo divulgará, semestralmente, o valor da arrecadação de receitas resultante da adesão aos parcelamentos de que trata esta Lei, detalhado no menor nível possível, observado o disposto no art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.”

4. Como a APFUT vem conduzindo a fiscalização das contrapartidas das entidades esportivas aderentes do programa?

A fiscalização efetuada pela APFUT é feita de ofício, podendo também ser provocada por denúncia, nos termos do artigo 20 da Lei nº 13.155/2015.

De posse dos documentos e informações solicitadas, a APFUT realiza análise jurídica e financeira e persistindo alguma inconformidade após expirado o prazo para ajustes, é instaurado processo administrativo que pode resultar na exclusão da entidade esportiva do PROFUT.

Para exercer sua competência legal com total transparência e segurança jurídica, a APFUT elaborou Resoluções e Portarias que regulam a fiscalização das contrapartidas contidas no art. 4º da Lei nº 13.155/2015, todas discutidas e aprovadas por seu órgão colegiado, o Plenário da APFUT, que conta com a participação de representantes do Poder Executivo Federal, da sociedade civil, representantes de atletas, dirigentes, treinadores e árbitros.

- Resolução nº 1, de 9 de junho de 2017, dispõe sobre o procedimento de fiscalização da APFUT.
- Resolução nº 2, de 9 de junho de 2017, define os critérios de antecipação ou comprometimento de receitas futuras.

- Resolução nº 3, de 05 de março de 2018, dispõe sobre o cumprimento das obrigações contratuais e regular pagamento dos encargos relativos a profissionais contratados pela entidade esportiva.
- Resolução nº 4, de 25 de setembro de 2018, altera a Resolução nº 3 de 2018.
- Portaria nº 1, de 20 de março de 2017, cria o Regimento Interno da APFUT.
- Portaria nº 3, de 24 de março 2018, institui modelo de Declaração de Adimplência prevista na Resolução nº 3 de 05 de março 2018.
- Portaria nº 4, de 25 de setembro de 2018, altera a Portaria nº 3 de 2018.

Estes atos normativos encontram-se disponibilizadas no sítio eletrônico da Secretaria Especial do Esporte, parte do Ministério da Cidadania, na página própria da APFUT (<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/apfut>).

5. Outros comentários adicionais considerados relevantes para a avaliação dessa política pública.

O PROFUT inovou ao ser um programa de promoção da gestão transparente e democrática e do equilíbrio financeiro das entidades esportivas sendo, portanto, mais do que apenas um parcelamento de dívidas. Visando a mudança na cultura interna das entidades esportivas mediante a implementação de ferramentas que garantem o desenvolvimento da cadeia esportiva e sua sustentabilidade a longo prazo, a APFUT desempenha importante papel nesse processo atuando sempre de maneira técnica, ética e imparcial, para que sejam alcançados os seguintes objetivos:

- Redução do Déficit de forma progressiva, com o intuito de equilibrar as contas dos clubes de maneira a trazer uma gestão sustentável no longo prazo;
- Autonomia e existência do Conselho Fiscal, para que decisões de maior relevância e importância nos clubes sejam feitas sem intervenção daqueles à frente dos mesmos;
- Proibição de antecipação ou comprometimento de receitas, como forma de garantir a possibilidade de investimento por parte dos próximos presidentes eleitos pelos clubes;
- Limitação do mandato do Presidente, para que não sejam criadas instituições com poderes concentrados nas mãos de poucos;
- Publicação das Demonstrações Contábeis padronizadas, com o intuito de poder comparar de maneira efetiva os dados de todas as entidades;
- Cumprimento dos contratos e regular pagamento dos encargos trabalhista, garantindo assim não só o acerto de contas passadas, mas também o pagamento dos encargos correntes;
- Afastamento por Gestão Temerária ou Irregular, fortalecendo os mecanismos de controle interno para que as entidades tenham recursos efetivos para atuarem em casos de dirigentes mal-intencionados;
- Limitação de gastos com folha de pagamento e imagem em 80% da receita bruta anual, para que se tenha a possibilidades de manter a estrutura de um clube para além das 4 linhas;
- Investimento mínimo na formação de atletas e futebol feminino, fomentando tanto a formação de novos atletas brasileiros como trazendo menos desigualdade entre o futebol masculino e o feminino;
- Regularidade das obrigações trabalhistas e tributárias, para se garantir uma diminuição do passivo fiscal.

Acreditando ter atendido a todas as questões que nos foram endereçadas, nos colocamos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário.

Atenciosamente,

GILSON PASSOS DE OLIVEIRA

Coordenador-Geral de Fiscalização e Controle da
Autoridade Pública de Governança do Futebol



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Passos de Oliveira, Coordenador(a)**, em 19/09/2019, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **5296723** e o código CRC **7EAC3028**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco 'A' - Bairro Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF - CEP 70046-900 -
www.cidadania.gov.br

71000.049106/2019-78 -
SEI nº 5296723

Criado por marcelle.alves, versão 2 por marcelle.alves em 19/09/2019 14:55:50.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE
Gabinete da Secretaria Especial do Esporte

OFÍCIO Nº 958/2019/SEESP/GAB/MC

Brasília, 17 de outubro de 2019.

Ao Senhor

REINALDO TAKARABE

Chefe da Assessoria Especial Parlamentar e Federativa

Ministério da Cidadania

Brasília/DF

Assunto: **Requerimento de Informação nº 1131, de 2019.**

Referência: *Processo SEI nº 71000.049106/2019-78*

Senhor Chefe,

Com os meus cumprimentos, conforme solicitado no OFÍCIO Nº 1263/2019/ASPAR/MC (SEI nº 5589231), manifesto a ciência em relação às considerações apresentadas pela Autoridade Pública de Governança do Futebol, por meio do OFÍCIO Nº 133/2019/SEESP/APFUT/MC (SEI nº 5296723).

Atenciosamente,

MARCO AURELIO SOUTO DE ARAUJO
Secretário Especial do Esporte Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio Souto de Araujo, Secretário(a) Especial do Esporte, Substituto(a)**, em 24/10/2019, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **5634762** e o código CRC **D07775D8**.

Criado por cinara.martins, versão 6 por monica.souza em 23/10/2019 15:44:17.